

A SINGULARIDADE DO FEMININO NA EDUCAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA.

Douglas Rubens Nogueira ¹

RESUMO

A história da educação é uma parte fundamental da história da cultura, pois a educação é quem dissemina a cultura, sendo a cultura parte da história geral. No entanto, a educação, mesmo constituindo um elemento essencial e permanente da vida social e individual, não se concretizou sempre da mesma forma, para todos os grupos sociais, sejam esses divididos por classes financeiras, étnicas ou por gênero, principalmente durante o período colonial brasileiro. Este trabalho tem como objetivo analisar historicamente o papel da mulher no meio educacional brasileiro, durante o período colonial. A presente pesquisa emprega os métodos de análise bibliográfica e de rastreamento histórico dos processos educacionais e sociais, dos quais derivaram as seguintes técnicas de investigação: revisão de literatura e análise documental. Nogueira (2024) esclarece que, assim como todo o estudo da história da educação, a educação feminina é um fenômeno recente de pesquisa na historiografia. Na sociedade colonial, a mulher era tida como inferior ao homem e essa ideia foi enraizada por muito tempo. Enquanto o acesso à educação pela mulher branca, “elitizada”, era inferior em comparação ao dos homens brancos, a mulher negra escravizada era inexistente e tida como algo desnecessário para a sociedade patriarcal do Brasil colonial.

Palavras-chave: Educação, História da Educação, Feminino, Educação Brasileira, Gênero.

INTRODUÇÃO

Conhecer a história da educação é conhecer a estrada pela qual à sociedade percorreu ao longo dos anos. A práxis escolar foi moldada e também moldou a cultura social no território e no tempo em que se formou. A práxis escolar no Brasil Colonial foi marcada pelas mãos da religião, segregação e misoginia, desde a chegada dos jesuítas, primeiros professores formais do território brasileiro, aqui é importante frisar o termo “formais” pois os indígenas já eram educados para a vida em sociedade quando da chegada dos portugueses. Os indígenas eram educados por meio da observação dos mais velhos; crianças observavam e aprendiam com os caçadores, e artesãos mais experientes.

Segundo Calháu (2010, p.13):

Os índios aprendiam pela força da tradição, de forma espontânea e não programada, até que tudo mudou com a influência dos ensinamentos jesuítas em sua cultura, fazendo com que estes, mesmo sem perceber, perdessem parte de seus costumes. Nesse sentido, o colonizador apaga

¹ Graduando em Direito, Sociologia e Letras, especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Mestre em Educação, Conhecimento e Sociedade. Email: prof.douglasrubensnogueira@gmail.com

um tanto da memória discursiva indígena e institui outra com novas marcas.

O Gênero feminino era tratado com um viés de subordinação, mantidas alheias ao movimento político e financeiro, empurradas aos afazeres domésticos, não sendo necessário para isso o acesso a uma educação formal, e as que alcançavam esse patamar encontravam um currículo diferenciado por seu gênero.

Pouco se comentava sobre as atividades da mulher, fosse ela imperatriz, senhora da fazenda ou escrava, mas o seu comportamento variava de acordo com a posição ocupada na sociedade colonial. As restrições que cercavam as mulheres da elite não eram as mesmas que recaíam sobre as escravas ou as mulheres brancas pobres. Estas circulavam nas ruas das cidades para cumprir os afazeres da casa-grande ou em busca de sobrevivência, sendo lavadeiras, domésticas, cozinheiras, costureiras (Konkel, Cardoso, et. All, 2005)

Lopes (2019) ensina que:

Os modelos escolares existentes até meados do século XX traziam diferenciações no currículo que se pautavam pelo gênero dos estudantes. Nessa linha, abrangia leitura e escrita para ambos os sexos e ensino da matemática mais avançada, restrita para os meninos. Às meninas, eram reservados o ensino de matemática elementar e trabalhos manuais, como bordados e costuras.

Essa abordagem educacional para com as mulheres, eram uma forma de mantê-las afastadas de uma atuação social pública e cerceá-las de direitos, ampliando uma diferença entre os sexos e expandindo ideias machistas.

Nogueira (2024) ensina que a mulher, em muitas famílias era considerada uma pessoa escravizada ao qual dormia no quarto do seu senhor, no sentido de que não gozavam de direitos e deviam obediência ao chefe da casa, obviamente encontra-se objeções a essa situação no estudo histórico, mas esse pensamento era comum, onde a mulher era tida como um mero objeto de satisfação sexual de seu proprietário e da geração e cuidado de herdeiros.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é uma revisão integrativa da literatura, utilizando-se de buscadores como Scielo, Portal Capes e Google Acadêmico. As buscas abrangeram os seguintes termos: história da educação, educação feminina, Brasil colonial, educação jesuítica e papel feminino na história do Brasil. O material visitado se apresentou através de livros, artigos, revistas e sítios eletrônicos, teses e dissertações, tanto na área da

educação, quanto história e sociologia. Todos materiais de domínio público e citados ao final do trabalho. Durante a presente busca não houve limitação de temporal ou territorial, acessando-se materiais de pesquisadores brasileiros, latinos e europeus, seculares e atuais. O método proposto busca proporcionar as revisões históricas e teóricas, permitindo uma visão multidisciplinar sobre a história da educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em história da educação vem ganhando corpo ao longo das décadas, ainda assim campos como educação feminina são marginalizados, ainda mais quando se debruça sobre a mulher indígena e negra.

Afim de entender como ocorreu a educação feminina durante os anos de Brasil colonial (1500 – 1822), temos de primeiramente entender o papel social da mulher à época. Os primeiros séculos de construção do Brasil foram marcados pela submissão, não apenas das mulheres, mas de outros segmentos da sociedade, ao homem branco, ao qual desejava a manutenção do sistema patriarcal vigente. Um sistema marcado pela opressão, submissão e desigualdade. Nogueira (2024) ensina que “essa inferioridade afetou a imagem da mulher e impregnou nela a imagem de cidadão de segunda classe, que devia ordens ao homem mais próximo, antes do casamento, ao pai, na falta do pai, ao irmão mais velho e quando casada, devia obediência ao marido”.

No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições. (Silva e Castilho, 2014. p. 257)

Com a chegadas dos primeiros portugueses em terras brasileiras, em 22 de abril de 1500, percebeu-se a existência de terras já habitadas, por pessoas que ainda não tinham contato com o “homem branco”. Havia diversas etnias em território brasileiro, cada qual com sua organização social própria. Há um estereótipo sobre a mulher indígena, tendo historicamente as limitado como escravizadas e procriadoras, muitas das vezes por meio de abusos. (SIQUEIRA JULIO, 2015, p. 2)

Parte desse estereótipo é citado por Freyre, no célebre livro “Casa Grande e Senzala” de 1933, nos poucos trechos do livro que citam a mulher indígena podemos destacar o seguinte trecho:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2006 [1933]:161)

Em outros textos a mulher indígena aparece como um objeto sexual, um corpo de acesso fácil e reprodutor do mameluco (filho de um europeu e um ameríndio), como no livro “Primeiros Troncos e Paulistas e o Cruzamento Euro-americano” de Alfredo Ellis Junior, publicado em 1936, donde se extrai o seguinte trecho:

Imagine-se o lusitano, ardoroso, descendente do arabo-berber muçulmânico, imigrado solteiro, livre de escrúpulos e de preconceitos, longe do mulherio branco, em meio rude, agreste e licencioso, como deveria ter ele abusado do femeaço indígena, no planalto paulista! (ELLIS JR., 1976 [1934]:15)

Ribeiro (1995), ainda descreve o cunhadismo, como forma política e força de trabalho:

O homem vindo só, sem freios da família e encontrando indígenas nuas, bonitas, bronzeadas e destituídas do falso pudor europeu quinhentista, iniciou, quase que de imediato, uma fecundação desenfreada. As indígenas foram “utilizadas” pelos portugueses tanto para a sua satisfação sexual como para a expansão do “cunhadismo”. Ou seja, quando o português engravidava uma indígena, ele tornava-se parente dos outros indígenas da tribo. Com isso, tinha sempre muitos braços para carregar o pau-brasil para suas naus, aumentando rapidamente seu enriquecimento. (RIBEIRO, 1995)

A ideia de um papel puramente sexual das indígenas brasileiras, não logra êxito diante de pesquisas mais recentes. Diante do enfrentamento armado contra os indígenas brasileiros e que não favorecia as ideias da Coroa portuguesa, diante da decadência da mineração e ampliação da agricultura, houve no centro-oeste brasileiro uma alta demanda da mão de obra indígena escravizada.

Quanto à força produtiva, foram as mulheres, muito mais do que os homens que asse-guraram as produções e a agricultura para a subsistência antes da chegada dos portugueses. O trabalho no campo era quase todo entregue às mulheres, como o de dentro de casa. Eram as mulheres ameríndias que cuidavam do campo, da casa, dos filhos, enquanto os homens tinham suas atividades voltadas mais às produções artísticas. (Baseggio e Silva, 2015)

Em 1770, houve um esforço para reunir aldeamentos, onde mulheres fizeram parte do “grupo de negociações”, exercendo um determinado poder político, além de uma função de interprete.

Quando José de Almeida Vasconcelos, governador de Goiás entre 1772 e 1778, enviou uma expedição para atrair os carajás, em 1775, um dos componentes do grupo era uma índia intérprete, chamada Xuanam-Piá. Anos mais tarde, em 1780, a expedição enviada pelo governador D. Luís da Cunha, que iniciou as “negociações” que culminaram no estabelecimento dos caiapós em aldeamentos, também contava com duas caiapós intérpretes. As índias, que outrora eram tratadas como escravas no aldeamento de São José de Mossâmedes, haviam sido libertas do cativeiro ilegal por ordem de D. Luís. Agora batizadas, casadas e vestidas, acompanharam o chefe da expedição, em busca de convencer os caiapós a serem aldeados.

O século XIX seguiu registrando casos dessas intérpretes. Em 1813, no governo de Fernando Delgado, quando, segundo as fontes, se procurava conter os ataques coligados dos xerentes, xavantes e carajás, mais uma vez a intérprete foi uma mulher, uma índia xacriabá (SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 4)

A mulher indígena, no período colonial, quando observada fora de sua aldeia, na maioria dos casos serviu como mão de obra escravizada, corpo sexual e sem acesso à educação formal, utilizando-se da observação como forma de aprendizagem seja no seu cotidiano, ou como cuidadora que ao levar o filho do homem branco para a escola, para além disso sua educação baseava-se nos afazeres domésticos, como cozinhar, costurar e limpar.

Dentro das aldeias, segundo Ribeiro (2006) não existia diferenciação de gêneros quanto o acesso à educação.

[...] considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. [...] Isso porque o trabalho e o prazer do homem, como os da mulher indígena, eram considerados eqüitativos e socialmente úteis. Os cronistas do Brasil quinhentista se admiravam da harmonia conjugal existente entre os indígenas brasileiros.

A educação formal no Brasil colonial foi destinada a uma minoria, os que eram detentores de terras e engenhos, mesmo assim, excluindo-se a mulher. A educação foi destinada a elite masculina branca, formada pelos primogênitos, que em determinada idade eram enviados para continuar seus estudos na Europa.

Enquanto o acesso à educação pela mulher branca, membro da elite era inferior a educação dispensada aos homens, a mulher negra e escravizada era inexistente na práxis escolar é considerada desnecessária.

Nessa Sociedade colonial, a mulher era tida como inferior ao homem e essa ideia foi enraizada por muito tempo depois, passando o Brasil colonial e tendo alguns resquícios mesmo atualmente. Percebe-se que,

durante muito tempo, a própria historiografia deixou a imagem da mulher à margem da sociedade, e, quando retratada, era de uma forma inferior e condicionada—à imagem do homem. (NOGUEIRA, 2024, P.127)

Pe. Manoel da Nóbrega, após ser procurado por um grupo de aldeões, ao qual solicitavam que suas filhas pudessem acessar a escola de ler e escrever, juntamente a outros padres tentaram autorização régia para a fundação de uma escola feminina, afim de ensinar catecismo, leitura e escrita.

Mattos (1958, p.88), escreve que “A idéia parece ter partido inicialmente dos próprios indígenas da Bahia, que por volta de 1552 procuraram Nóbrega para pedir-lhe que fundasse também recolhimento para suas filhas, confiando-as a mulheres cultas e virtuosas”.

Naquele tempo, meados do século XVI, pouco se pensava na instrução das meninas. Em todo o caso, da-se o fato extraordinário de irem ter os índios com o Pe. Manoel de Nóbrega a pedirem-lhe que assim como havia padres para ensinar seus filhos, também desejavam mulheres virtuosas para as filhas” (MOACYR, 1936, p. 10)

Ribeiro (2000) ensina que:

Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português?

Mesmo tendo sido um padre o interlocutor para a fixação de uma escola feminina, há de se observar que a própria religião exercia um papel limitador ao acesso feminino aos estudos, pois evidenciava comportamentos machistas, criavam normas e pregavam condutas de segregação.

Imitai-a, minhas filhas, a vida de Maria seja para vós a imagem da virgindade, da qual irradie como de espelho o encanto da castidade e o ideal da virtude. Seja ela o exemplo da vossa vida, pois os seus admiráveis ensinamentos mostram o que deveis corrigir, copiar e conservar. Ela é o modelo da virgindade. É tal a natureza de Maria que, para lição de todos, basta a sua vida. Por conseguinte, Maria deve ser a regra de nossa vida. Tão grande era a sua graça, que não só conservava em si a virgindade, mas comunicava o dom da integridade àqueles que visitava. Santo Ambrósio tinha razão de afirmar: “Oh, riquezas da virgindade de Maria”! Por causa dessas riquezas, [...] contemplem a virgindade de Maria para observarem com mais fidelidade e perfeição a castidade do próprio estado. (VATICANO, Sacra Virginitas, 1954)

O discurso médico reforçava o conceito de inferioridade feminina.

O sistema nervoso (da mulher) muito mais delicado, é envolvido por um tecido celular mais humido e frouxo ... é assim que vemos, a doçura a indulgência e a submissão, serem as virtudes essenciais deste bello e primoroso filho de Deus: sempre e sempre a intenção do Creador se revelando na organização, nos instintos, pensamentos e sentimento da mulher. (Diário de Campinas, 30/11/1875 apud RIBEIRO, 2006, p. 58).

Percebe-se que a ideia de uma inferioridade feminina possuía fundamentação religiosa, histórica e clínica. Sendo assim, naturalizou-se o processo de sujeição feminina e sua ausência nas tomadas de decisões em espaços públicos ou privados, pois no pensamento patriarcal da época, não havia a necessidade de ter a mulher presente e, muito menos, como um ser pensante e sim como um ser que apenas obedecia ao homem.

Devido a essa castração social da mulher, a educação formal era tida e vista como um direito desnecessário, com isso, a educação feminina era direcionada apenas a uma educação informal e aos afazeres domésticos, como bordar, costurar, cozinhar e cuidar dos filhos do marido e das vontades dele. Conhecer as letras e os cálculos básicos era tido como desnecessário, pois sua participação na vida política não seria necessária, tendo em vista que esse mundo era de poder exclusivo dos homens e poderia depreciar os preceitos morais femininos.

Conforme explica Áries (1981), “a ausência da educação feminina pode ser explicada pela exclusão da mulher do processo educativo pelo menos até o final do século XVII, quase dois séculos de diferença em relação aos homens”. Essa negativa à educação do gênero feminino no sistema educacional formal contribuiu para a conhecida diferenciação entre os gêneros, tanto no mercado de trabalho, quanto na política e na sociedade de forma mais ampla, como pode ser percebida até o momento atual.

Foi após a expulsão dos jesuítas, pelo Marques de Pombal, que a educação ficou a cargo do Estado e foi disponibilizado a meninas, contudo, ainda em ambientes distintos. As aulas de latim, grego e retórica foram disponibilizadas às mulheres a fim de suprir o vazio das escolas jesuítas, mesmo assim, essas aulas não eram disponíveis a todas as classes sociais da época. Foi através de Pombal que as mulheres conseguiram a oportunidade de uma educação formal e de entrada no magistério.

Segundo Silva e Silva (2021), “Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, a educação passa a ser direcionada para a formação no exército e para administração. Foram criados alguns cursos superiores direcionados aos homens e mais escolas de ler e escrever, para

homens e mulheres, porém o acesso também era restrito a apenas algumas camadas da população, principalmente para as mulheres”.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e da implantação da Reforma Pombalina da Educação, pouca coisa mudou na educação feminina [...]na mesma época em que a Coroa introduziu as Cartas Régias no ensino brasileiro, escrevia que, em Portugal, [...] pouquíssimas (mulheres e moças) sabem ler e escrever; e, muito menos, fazer ambas as coisas correntemente. Nem mesmo a vinda de D. João VI alterou, de forma significativa, a educação da mulher brasileira. “[...] esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória sem saber escrever ou fazer as operações. (Konkel, Cardoso, et. All, 2005)

Observa-se que as mulheres praticamente não tiveram acesso à escolarização no período colonial, a não ser a educação informal que consistia apenas no “cuidar de uma família”. Às mulheres que não contraíam matrimônio restavam-lhe a vida religiosa. A educação feminina era tida como uma “heresia social” tanto em Portugal quanto no Brasil, a ausência de uma educação formal acarretou a formação de uma massa de mulheres analfabetas na colônia. A educação formal não era prioridade do sistema colonial, nesse sentido, compreendeu-se que o pedido postulado pelos indígenas, em prol da educação feminina, seria recusado pela metrópole.

Ribeiro (1997) afirma que havia no Brasil Colônia defensores de uma negativa ao acesso da mulher ao ambiente escolar e que favoreciam ideia de superioridade masculina, ao qual colabora Freyre (1977) escrever que no regime patriarcal, o homem tendia a transformar a mulher em um ser diferente dele, inclusive criando jargões como “sexo frágil; patriarcal "mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada.” [...] a mulher honrada deve ser sempre calada”

Quando, em 1827, se discutiu, no Senado, projeto de lei sobre as escolas de primeiras letras, o Marquês de Caravelas propunha a redução do estudo das meninas a ler, escrever e contar, condenando a “frívola mania” das mulheres de se aplicarem a temas para os quais parecia que a natureza não as formara, em um desvio, assim, dos verdadeiros fins para que foram criadas, e da economia de suas casas. (PORTO, 1989. v. 1.).

A falta do acesso adequado a educação, resulto que poucas mulheres sabiam ler ou escrever até o final do século XIX. Foi apenas com o advento da Lei de 15 de outubro de 1827, Artigo 12, que se instituiu para as meninas os mesmos direitos dos meninos, contudo, ainda com o currículo adaptado a ideia patriarcal de inferioridade feminina, limitando a geometria prática, limitando a aritmética somente às quatro operações e incluindo o ensino das prendas que servem à economia doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da educação feminina no Brasil Colônia, demonstrou que o período foi marcado pela diferenciação entre os sexos e as classes sociais, onde hoje, o direito a educação formal de todos não existia. A sociedade colonial mantinha a ideia de que as mulheres eram inferiores aos homens, ideias essas chanceladas pela igreja e pela medicina da época, o que colocou as mulheres por séculos a margem da sociedade.

A educação feminina se limitou por grande período ao aprendizado informal, assim como já praticavam os indígenas e as primeiras civilizações pré-históricas. A educação feminina por meio de educandários católicos, era simultaneamente um meio catequético e uma forma de proliferar ideias conservadoras sobre a mulher e sua atuação social subordinada ao homem, refletindo normas patriarcais. Tais instituições ensinavam o trabalho doméstico

Quando essa situação começou a se reverter, ainda podia ser percebido uma singularidade com o feminino, onde o currículo escolar era diferenciado, limitando a educação e fixando a ideia de inferioridade. Mesmo na Europa, a educação feminina não apresentava grandes evoluções quando comparada ao Brasil à época.

A mulher sempre teve papel fundamental na história da humanidade e isso não se limita ao fato da própria procriação, mas desde a pré-história a mulher mantinha papel proeminente na caça e manutenção das famílias, papel também percebido nas tribos que habitavam o Brasil pré-colonização, esse papel foi sendo soterrado pela opressão e o machismo.

Somente em 1827, mesmo que dentro de limites conservadores, se deu a expansão do acesso feminino a educação formal, foram as necessidades econômicas e morais que impulsionaram esse acesso.

REFERÊNCIAS

- ARIES, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BASEGGIO, U. K; DA SILVA, L. F. M. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015
- CALHÁU, S. Existe Mesmo uma Educação para o Povo?. Rio de Janeiro: CAETÉS, 2010.

ELLIS JR., Alfredo. Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (1934), p.15.

FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933), pp. 156-263.

KONKEL, E. N; CARDOSO, M. A; HOFFROTEIRO, S. Unoesc, v. 30, n. 1, p. 35-60, jan./jun. 2005.

LOPES, A. de P. C. Legislação e processos educativos: A constituição da escola primária no Piauí (1845 a 1889). Educação & Formação, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 50-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/866>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MATTOS, L. A. de. Primórdios da Educação no Brasil. O período heróico (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MOACYR, P. A instrução e o império. São Paulo: Nacional, 1936.

PORTO, W. C. *O voto no Brasil* – da Colônia à 5ª República. Brasília: Gráf. do Senado Federal, 1989. v. 1.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres E Educação No Brasil-Colônia: Histórias Entrecruzadas. HISTEDBR, *Navegando na história da educação brasileira* (2006).

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres E Educação No Brasil-Colônia: Histórias Entrecruzadas, UNICAMP, 2006, disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Arilda_Ines_Miranda_Ribeiro2_a_rtigo.pdf, acessado em 08 de outubro de 2025.

RIBEIRO, A.I. N. A educação das mulheres na colônia. In A Educação da Mulher no Brasil-Colônia São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, L. F; CASTILHO, M. A. Brasil Colonial: As Mulheres e o Imaginário Social. Cordis. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014.

SIQUEIR JUNIOR, S. Mulheres indígenas na América Latina Colonial, Florianópolis, 2015, XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_ea48371813f4d3b7c43adc5b226f0131.pdf, acessado em 08 de outubro de 2025.

VATICANO. Carta Encíclica Sacra Virginitas. Roma, 25 de março de 1954.